
094ª SESSÃO ORDINÁRIA – 16OUT14

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Comui – Conselho Municipal do Idoso, que tratará de assunto relativo à apresentação da entidade. O Sr. Ângelo José Gonçalves Bós, Vice-Presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. ÂNGELO JOSÉ GONÇALVES BÓS: Boa tarde, Srs. Vereadores, é um prazer enorme estar aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre, um local que me é de muita estima, já que fui, durante muitos anos, frequentador da Abecapa. Nós vamos, hoje, conversar sobre o Conselho Municipal do Idoso. Eu preparei algumas imagens para me manter no tempo, que é de dez minutos, e quero ser objetivo a respeito disso.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ÂNGELO JOSÉ GONÇALVES BÓS: Bom, a primeira imagem fala do Conselho Municipal do Idoso, do qual sou Vice-Presidente, e além de assumir essa Vice-Presidência, sou professor do Instituto de Geriatria e Gerontologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O Instituto de Geriatria – vocês sabem – se dedica à questão do idoso há muito tempo, e é a primeira vez que o Instituto de Geriatria tem um representante no Conselho Municipal do Idoso. Eu também faço parte, coordeno a linha de pesquisa em saúde pública e envelhecimento, justamente porque nós entendemos que a questão de envelhecimento é uma questão de saúde pública. A próxima imagem, por favor. Se pudesse fazer a apresentação ficaria mais fácil. Então, um pouquinho da história do Conselho Municipal do Idoso. Ele foi criado pela Lei Complementar nº 444, de 30 de março de 2000, com uma ementa agora, recentemente, de 2010. Ele é um órgão deliberativo no âmbito das suas competências, propositivo,

construtivo, fiscalizador das políticas destinadas a promover direitos dos idosos. Então, a nossa participação é bastante grande na questão da construção, preposição e fiscalização das políticas.

Dentro das competências nós temos a competência de promover estudos, pesquisas, debates, projetos relativos a condições de vida e de saúde e do lazer das pessoas idosas. A proposta é de colaborar com os órgãos públicos e atividades públicas e privadas, justamente, por causa disso estamos aqui presentes neste momento.

Encaminhar sugestões, providências destinadas a implementar essas políticas e programações. Promover assembleias, encontros e conferências, promover ações de fiscalização, expandir as diretrizes para a elaboração de ações e políticas relacionadas com os idosos e gerir o Fundo Municipal do Idoso. Convido os Srs. Vereadores para visitarem a página do Comui – www.portoalegre.rs.gov.br/comui – para os senhores conhecerem mais a fundo o Conselho Municipal do Idoso.

Dentro dos representantes nós temos a representação majoritária da sociedade civil onde nós temos a Dilciomar, que é a nossa Presidente, e vários outros integrantes, tanto titulares como suplentes. Também temos a participação de um grande número de Secretarias Municipais trabalhando junto conosco, a FASC, a Secretaria Municipal da Saúde, a Secretaria de Cultura, a Secretaria Municipal da Saúde, a Secretaria da Cultura, a Secretaria do Esporte e do Lazer e a Secretaria da Educação.

O Fundo Municipal do Idoso foi criado em 2012, sendo o primeiro fundo municipal criado, no Brasil, dentro da questão do idoso. As doações, em 2012, foram em torno de R\$ 5.781 milhões, destinados a diversos projetos de melhora das condições de vida do idoso. Em 2013, nós tivemos um salto bastante grande, chegamos a quase R\$ 17 milhões em termos de doações, sendo todos eles vinculados a projetos de melhoria das condições de vida, principalmente de instituições de longa permanência, como vamos ver daqui a pouco. E 2014, embora ainda não tenha terminado, já tem R\$ 1.243.000,00. A gente não acha que vai conseguir chegar aos quase R\$ 17 milhões do ano passado, mas continua sendo um fundo bastante interessante. Informações sobre como doar, por que doar e sobre quais os projetos estão no *site*. Eu trago aqui um exemplo: foram beneficiadas mais de oito entidades, sendo todas elas instituições de longa permanência para o idoso, todas elas filantrópicas, e por isso carentes. Entre elas, o nosso querido Asilo Padre Cacique e

a SPAAN, que foram bastante beneficiadas com esse fundo, e houve uma melhora bastante grande das condições de vida daquela população.

Temos a relação dos projetos atuais do Fundo Municipal do Idoso, temos a academia funcional, temos as janelas novas para o Amparo Santa Cruz – as janelas estão caindo aos pedaços –, temos o Mausoléu da Casa do Artista, temos o projeto de captação do fundo mesmo, o Projeto Maturidade Ativa: Proteção e Atenção Integral aos Idosos da SPAAN, temos qualificação das entidades através das reformas das estruturas de contratação de RH, então são vários projetos que estão ali, atualmente, captando esse fundo.

Bom, quanto às expectativas futuras – eu quero ser bastante objetivo e claro nas propostas –, nós gostaríamos, dentro desse novo grupo que nós assumimos agora, em junho, de consolidar o Fundo Municipal do Idoso como instrumento de financiamento dessas melhorias de condição de vida dos idosos, de promover pesquisas que substanciem a construção dessas políticas voltadas aos idosos. E, nesse sentido, nós gostaríamos de trazer essa mensagem de que, juntos, não somente no Poder Executivo, mas também com o Poder Legislativo, que nós consigamos construir essa pesquisa, esse entendimento, para o maior conhecimento desse idoso e das suas necessidades, daquilo que ele precisa e anseia, enquanto idoso.

Então, cooperamos com a construção de políticas não somente com o Executivo e também com o Legislativo, daí a importância da nossa presença aqui hoje.

Era isso que eu queria trazer para vocês. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Por gentileza, Sr. Ângelo, gostaria que o senhor fizesse parte da Mesa.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero trazer um abraço ao Ângelo, que hoje está conosco tratando de um assunto da maior relevância, que é o nosso Conselho Municipal do Idoso.

Eu estou na Câmara, Ângelo, desde 1989, e nas voltas de 1991 se discutiam, em todo o País, questões sobre recursos que se estariam retirando do idoso, essencialmente o

aposentado. Na época eu pensei: “Mas o que vamos fazer em termos de Porto Alegre?” E apresentei, na época, a isenção do IPTU para o aposentado e pensionista com até três salários mínimos de renda. O País inteiro copiou a minha proposta, e tenho absoluta certeza, senhoras e senhores, de que beneficiei dezenas de milhões de brasileiros idosos e pobres com essa proposta, com a isenção do IPTU. E tenho absoluta consciência da importância do projeto de quando os idosos construíram ou adquiriram durante a sua vida a sua residência e, depois, com as enormes dificuldades para pagar o que o mundo nos oferece. Essa foi a primeira proposta.

Logo depois, apresentei outra proposta que foi copiada em quase todo o País, que foi o ostomizado ingressar no ônibus sem precisar passar na roleta. Isso beneficiou também uma série bastante grande de pessoas.

Lá em 2009, 2010, foi apresentada uma proposta em Brasília pelo Dep. Beto criando o Fundo Federal do Idoso; na verdade, ele não criou, ele propiciou o desconto, a autorização de retirar recursos do Imposto de Renda para destinar ao idoso. Fui eu quem apresentou projeto aqui na Câmara da instituição do Fundo do Idoso em Porto Alegre; como o senhor diz, o primeiro do Brasil. Hoje, o Brasil inteiro copia essa proposta. Sei que tanto o pessoal da Prefeitura como do Conselho tem viajado o Brasil inteiro tratando disso.

Quero registrar que nunca, nunca eu ouvi alguma autoridade do Fundo ou da Prefeitura dizendo da autoria desse projeto que foi, sem sombra de dúvida, uma das maiores contribuições que se pôde dar ao País em termos de uma capital. Nunca se falou, por exemplo, que, quando aqui na Câmara o projeto estava quase se esvaindo, porque a Comissão de Justiça estava fazendo um parecer da inconstitucionalidade da iniciativa, foi o Ver. Waldir Canal quem assinou favorável ao projeto, senão ele seria engavetado por vício de iniciativa.

Portanto, estou aqui para dizer que nós, Vereadores, trouxemos mais uma contribuição para o País. E aquele Município brasileiro que não criar, que não instituir o Fundo do Idoso mereceria *impeachment* do prefeito, dos vereadores, dos secretários, etc. Na verdade, o País precisa da instituição desses mecanismos que trazem recursos, que são do cidadão e da empresa; em vez de mandar esses recursos a Brasília e acontecer em Brasília o que acontece lamentavelmente, temos que deixar os recursos nos Municípios. Existem bilhões de reais possíveis de retirar da declaração e destinar para o idoso. Por

isso, nós estamos aí compreendendo mais um passo agora e vamos trabalhar por isso, já estamos trabalhando por isso. O Fundo da Criança tem mais história e tem o mesmo nível de importância, e hoje, os órgãos públicos pagam, destinam para o Fundo e, depois, descontam do contracheque do servidor público.

Nós vamos trabalhar, estamos trabalhando – contem comigo, até porque conheço sobre o assunto, pois sou professor de Finanças Públicas há quase 40 anos – para que a Câmara Municipal, as Secretarias do Município e do Estado autorizem esse desconto em folha. Isso levaria a garantia, automaticamente, de muitos outros milhões de recursos para o Fundo.

Portanto, estamos aí para lhe trazer um abraço e dizer da importância do nosso Conselho na gestão do Fundo, da importância executiva e legislativa nas suas instituições no Brasil inteiro. E também quero dizer que estamos juntos nessa jornada. Um abraço e obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Aírto Ferronato.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, nós queremos cumprimentar a exposição do Conselho do Idoso e ainda tecer alguns comentários, porque sabemos que, ao passar dos anos, é inevitável o desgaste físico, o desgaste mental; no entanto, a velhice, a terceira idade não é uma doença, é uma fase em que as pessoas precisam de atenção, tanto os seus cuidadores como os próprios idosos, porque há um desgaste muito grande quando se tem um familiar que está nessa fase e que necessita de cuidados. Acho que todos nós passamos por isto: cuidamos dos nossos pais, pais que cuidam dos avós e assim por diante.

Dentro daquilo que nós consideramos atribuições do Poder Público relacionadas à questão do idoso, podemos abordar as questões do atendimento, dos cuidados dispensados pelas casas geriátricas, bem como a fiscalização exercida pela Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde. Esse setor é responsável pela verificação, análise, orientação e aprovação, desde os projetos arquitetônicos dos estabelecimentos de saúde e casas geriátricas, bem como pelo controle de qualidade de alimentos e vigilância ambiental.

Temos que nos dar conta de que o aumento da longevidade faz parte do progresso social e científico, das transformações da estrutura da família, assim como os cuidados que o Poder Público e a família podem oferecer para a sua qualidade de vida.

Na velhice é dado o primeiro passo para a construção de uma sociedade em que o idoso seja verdadeiramente reconhecido.

As políticas de atendimento também devem estar voltadas para garantir necessidades básicas dos idosos que, muitas vezes, são fragilizados pela pobreza e pela exclusão social. Por isso o Poder Público tem a obrigação de fiscalizar e formalizar políticas, realizar ações e atividades que protejam e promovam essa população.

O Estatuto do Idoso, que já foi falado aqui, tem apenas dez anos; ele regula seus direitos e define essas medidas de proteção como funcionamento de casas lares e as condições adequadas ao seu funcionamento, bem como os abrigos de entidades filantrópicas, todos fiscalizados pela Vigilância Sanitária, cuja concepção deve atender às exigências do Plano Diretor e Código de Edificações. E aqui eu abro um parêntese. Por exemplo, o meu bairro tem excesso de casas geriátricas, que um bairro de 1.500 moradias não contemplaria. Então, faço um questionamento: como liberam tantas casas geriátricas, se muitas, às vezes, não têm nem uma área para se tomar sol? O idoso permanece ali, não têm mais condições de trabalhar, as famílias não podem mais se dedicar a eles, que ficam nessas casas que devem ter essa preocupação do Conselho do Idoso, que tem a legalidade de auxiliar na fiscalização. E isso nos preocupa, porque, às vezes, nem todas casas que têm mensalidades significativas dão os adequados cuidados aos idosos; muitas vezes ficamos sabendo de quedas que podem comprometer os restantes anos de vida de um idoso devido a fraturas ou a outros tipos de quedas mais bruscas. Então, de acordo com o Plano Diretor, tudo isso se faz para evitar essas quedas que podem gerar consequências, como já falei, perda de mobilidade... E um dos fatores que mais leva à queda de idosos são as presenças de sacadas e de outros tipos de construções. Portanto, o idoso deve estar cercado de todos os cuidados.

Também me chamou a atenção que o Orçamento de 2014 são R\$ 14 milhões. Olha, dá para fazer boas aplicações em prol dos idosos com esses recursos, e já em 2014 com mais de R\$ 1 milhão. Nós sabemos que isso é significativo porque também atuamos em voluntariado e sabemos como são importantes os recursos vindos para um fundo em que

se possam promover políticas públicas e solucionar problemas que, às vezes, se não forem resolvidos, dependerão do auxílio particular de cada um.

Quero cumprimentar o Conselho, aqui representado, que, por suas atribuições legais, pode fazer um trabalho isento em relação aos idosos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Presidente. Cumprimento o Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso, o Sr. Ângelo José Gonçalves Bós, e saúdo a existência desse Conselho. Aqui a Ver.^a Lourdes já colocou vários elementos, e nós nos somamos a eles dizendo que a sociedade não se preparou para uma sociedade de maior longevidade, sendo positiva a vida mais longa, e queremos que seja uma vida com qualidade. Hoje, a demanda muito importante nesta Cidade, em especial Porto Alegre; eu creio que é a mobilidade, a segurança na mobilidade urbana dos nossos idosos.

Nós temos uma cultura em Porto Alegre - ainda bem - de os idosos circularem, de participarem de espaços, de praças, de bailes de terceira idade, de fazerem as suas compras, de autonomia, de andarem bastante de ônibus, isso é muito positivo, muito saudável, e o olhar para isso tem que ser positivo e de saudação. Muitas vezes tem gente que acha que eles incomodam porque andam nos ônibus; a mim, parece muito saudável. Sabemos o quanto a depressão atinge os idosos quando ficam isolados, quando ficam sozinhos e o quanto adoecem nesse sentido. Então, eu queria chamar a atenção para este aspecto, quando se trata de mobilidade urbana, de acessibilidade, de calçadas, de ônibus. Muitos idosos não conseguem entrar no ônibus quando o degrau é muito alto. Ter atenções sobre este tipo de política, tenho certeza de que é uma missão importante do Conselho. Parabéns, a Bancada do Partido dos Trabalhadores se coloca à disposição para fortalecer a escuta do Conselho, que, com certeza, tem muito a contribuir para a melhoria desta Cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero fazer uma saudação muito especial ao Sr. Ângelo José Gonçalves Bós, que é o Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso – Comui, em nome da Bancada do PDT, nesta Casa representada pelos Vereadores Nereu D’Avila, João Bosco Vaz, Mario Fraga, Dr. Thiago, Delegado Cleiton e este Vereador.

Realmente, acredito que este trabalho de inclusão dos projetos relativos aos idosos ou àquelas entidades que têm credenciados no Conselho Municipal do Idoso os seus projetos para aquele apoio do imposto de renda representou uma nova página na história da Cidade para o bem do idoso. Digo isto com muita propriedade, na condição de Diretor da SPAAN, que é o nosso asilo no Nonoai; tivemos a oportunidade de buscar muitos recursos através dessa ferramenta importante e poder transferir estes recursos para Porto Alegre. O nosso Rotary, que é o Porto Alegre Norte, administra a SPAAN, que é uma obra do Rotary, fundada há 85 anos. Ali, nós, rotarianos, temos uma experiência muito real e muito concreta a respeito desta demanda, que foi compreendida pelo nosso Governo, mas, também, pela representação do Conselho Municipal do Idoso, e que, agora, então, avança a passos largos em vários outros projetos, permitindo que o cidadão, as pessoas físicas e as empresas possam destinar recursos ao idoso através desses programas; esses que seriam recursos do imposto de renda, que passam, então, a ficar no Município para bem prover o nosso idoso.

Para concluir, Presidente Garcia, quero dizer que, da minha parte e através do nosso mandato, também fizemos a inclusão, no Calendário Municipal de Porto Alegre, da Semana Municipal de Conscientização contra a Violência à Pessoa Idosa. Temos visto muita violência contra o idoso em Porto Alegre e nós também estamos fazendo dessa ferramenta que é o nosso mandato uma porta aberta nas iniciativas e nas possíveis políticas públicas a serem adotadas a favor do idoso. Fica aqui o nosso registro em nome da Bancada do PDT. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde, Presidente; Sr. Ângelo José, Presidente do Conselho, muito nos honra a sua presença aqui na Casa do Povo. Falando dos idosos, eu mesmo, como trabalhei, todos sabem, volto a dizer, por 24 anos como “motora” de ônibus, do que me orgulho muito, lidei muito com essa situação, há pouco, a Ver.^a Sofia Cavedon estava falando aqui sobre os embarques e desembarques, eu vivenciei isso e muitas vezes eu dizia: “Espera aí, tia, que eu vou fazer uma escadinha para a senhora subir”, tentando parar, Presidente Garcia, numa situação em que ela pudesse subir; porque nos ônibus novos cada vez os degraus são mais altos, e fica difícil.

Já ouvi falar: “Ah, os idosos incomodam no ônibus.” Para mim, em 24 anos que trabalhei nisso, sou bem transparente e bem franco, nunca me atrapalharam, pois eles têm o direito de andar como qualquer cidadão, seja novo ou velho, isso não influencia em nada.

Agora mesmo, eu vi uma reportagem que relatava a situação de uma senhora bem jovem que ofendeu uma senhora idosa porque ela não quis ceder o banco. Essa situação de ceder o banco, para mim, é uma questão de educação; não é o caso em que o motorista ou o cobrador precise dizer: “Olha, dá o lugar para aquela senhora.” Todos nós fomos criados assim, isso é de cada um. Mas eu fiquei triste e relatei a situação da tribuna, quando a jovem senhora foi muito estúpida com a senhora de oitenta e poucos anos. Então, o que eu gosto, o que eu admiro, sim, é o respeito pelos idosos. Porque queira Deus todos nós chegarmos àquela idade. Para mim, quem não gosta de idoso é porque não pretende viver até aquela idade, Ver. Garcia; de repente, ele prefere subir antes do que chegar àquela idade e aproveitar a vida. Digo isso porque eles devem aproveitar a vida deles, assim como o jovem também. Então eu sou muito pelo certo, pela educação com eles em qualquer circunstância, em qualquer departamento. Muitas vezes, assistimos na fila àquele tipo de atendimento diferente com o idoso. Eu acho isso muito triste, e sempre que eu estiver no local eu vou contra e vou interferir nessa situação. Boa tarde e obrigado por estarem presentes aqui conosco.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Waldir Canal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. WALDIR CANAL: Sr. Presidente, cumprimentos, nesta tarde, ao Sr. Ângelo José Gonçalves Bós, Vice-Presidente do Comui, e à Sra. Dilciomar, Presidente do Conselho Municipal do Idoso, o Comui. Gostaria de dizer que é uma alegria poder falar a respeito desse tema, receber pessoas ligadas ao Comui, onde são tratados, com certeza, temas importantíssimos que tratam do idoso. Porto Alegre é uma cidade que tem 211 mil idosos, e o Comui tem um papel importante, é uma entidade da sociedade civil que tem o dever de também gerir o Fundo Municipal do Idoso. O primeiro Fundo Municipal do Idoso do Brasil é o nosso aqui de Porto Alegre. Isso tem que ser falado. Eu estive, no ano passado, no Congresso Internacional de Direitos Humanos, lá em Brasília, e um dos temas era o Fundo Municipal do Idoso. Várias cidades pelo Brasil afora e aqui do Rio Grande do Sul vêm buscar a fórmula, o modelo e como foi feito esse Fundo. Esse Fundo tem uma destinação, ele não pode ser encarado como orçamento do Município, ele é um recurso que é para auxílio, para fazer obras, para melhorar a situação dos idosos na deliberação dentro do Comui.

Aqui nós temos a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Idosos, com a qual eu estou à frente lutando. Tivemos na semana passada uma reunião que tratou da questão do idoso dependente, qual seja, aquele idoso que depende de cuidados médicos, aquele idoso que já não consegue ir ao banheiro sozinho, já não consegue tomar banho sozinho, depende de outras pessoas para sobreviver e até mesmo se sentir humanizado. E isso é um problema sério na nossa Cidade porque, para uma entidade, uma casa de longa permanência receber um idoso desses precisa de no mínimo R\$ 12 mil, só que o Governo Federal manda R\$ 80,00, o Governo Estadual manda R\$ 50,00, e o Governo Municipal coloca R\$ 480,00. E o resto? Não tem como internar um idoso dependente às custas desse dinheiro, não dá nem para pagar a metade da estada dele lá. Então são problemas sérios, fora as questões para melhora da qualidade de vida: praças, aparelhos de ginástica, respeito. O Ver. Paulinho Motorista falava a respeito da questão de uma cultura que está nas pessoas que tem que mudar: a educação. As pessoas têm que ter educação com os idosos. O idoso não pode ser agredido, xingado porque ele está reivindicando um direito de ele sentar num banco que lhe é destinado, a mudança da cultura precisa ser

pregada, estabelecida, difundida, nós precisamos falar para que vocês, lá no Comui tenham respaldo. A Câmara de Vereadores, como a Casa do Povo, tem o dever de, volta e meia, falar nesse assunto, debater esse assunto para criar uma cultura de respeito aos idosos. Porque falar de idoso comove muita gente, mas respeitar os idosos tem sido uma tarefa muito difícil, e nós precisamos da sociedade, precisamos de todos. Precisamos respeitar desde criança, desde as séries iniciais do ensino para que ele seja um adulto que respeite os idosos desde os avós até os idosos de uma maneira geral. Então, meus cumprimentos, Sr. Ângelo, que veio aqui falar da função que faz o Comui. Mas precisamos de orçamento. As crianças e os adolescentes recebem um orçamento muito gordo, um orçamento muito grande do Município, do Estado, do Governo Federal, mas os idosos, infelizmente, estão, ali, minguando. Nós precisamos mudar essa situação. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Vereador-Presidente, Professor Garcia, Sr. Ângelo, demais Vereadoras e Vereadores, eu estava na dúvida se viria à tribuna, porque nós temos sempre vários assuntos aqui e o nosso tempo é limitado, mas quero aproveitar o gancho do Ver. Waldir Canal, que tratou aqui da questão da educação.

Eu tenho impressão que nós devemos rediscutir o que é, efetivamente, educação, porque, de tanto se falar em educação, eu tenho a impressão que perdeu a importância ou perdeu a autoridade. É tão comum se falar e não se fazer absolutamente nada, ou muito pouco, que a palavra está perdida, parece que não tem mais peso, não tem mais significado. Eu vou falar dois ou três exemplos. Na semana passada, eu fui a um restaurante em Porto Alegre, não vem ao caso onde, e tinha uma família, o casal estava com dois filhos, e as crianças corriam pelo restaurante como se estivessem na casa delas – olhem só! Eu fiquei imaginando se essas crianças estavam recebendo a devida educação. Eu acredito que não, sinceramente, porque os meus filhos não fazem isso, nunca fizeram. Então, nós temos que, de repente, rediscutir o que é educação. Até onde vai, qual é o tamanho da interpretação? Vindo agora para esta Câmara de Vereadores, ouvindo a Rádio Guaíba,

pág. 11

alguém questionava ali que um dos elevadores coletivos, aquele da Av. Benjamin Constant, no viaduto José Eduardo Utzig, não está funcionando desde junho ou julho do ano passado. O cidadão é um cadeirante e estava alegando que ele tinha que desembarcar uma parada antes ou uma depois em razão de que o elevador panorâmico ali não atende aos seus objetivos – ele é um cadeirante. O comunicador fez um contato com a EPTC, e a esta alega que, em razão de um acidente de trânsito, estão discutindo a culpabilidade no Judiciário, e os cidadãos estão aguardando essa decisão para depois poderem, efetivamente, voltar a usar o elevador. E aí entram os idosos, os cadeirantes.

Vamos voltar aqui para a Rua dos Andradas, que hoje é um calçadão, hoje seu uso é compartilhado. Os cidadãos, de um modo geral, e os carros-fortes usam a Rua dos Andradas. E ela está ali toda cheia de buracos, com os paralelepípedos quebrados. Nós estamos falando, o tempo está passando, e nós estamos discutindo educação. E eu fico me perguntando: será que é tão difícil resolvermos isso? Será que, para aquele elevador, não bastaria os representantes da EPTC irem lá e pedirem autorização do Judiciário e mandar consertar? Discutir, deixar esse processo seguir e pedir para liberar esse elevador? Será que está certo ficarem discutindo na Justiça, e o povo, que não tem nada a ver com a questão em si, não poder usar esse elevador? Será que não tem como resolver os problemas, Ver. Canal, com as empresas que fazem transporte de valores, para não usarem o calçadão da Rua da Praia? Será que nós não poderíamos questionar – o Ver. Idenir Cecchim me alertava há alguns minutos – sobre a impossibilidade de se instalar elevadores ao ar livre? E aí ele tem razão, porque essas escadas rolantes, esses equipamentos não têm como operar nas intempéries, jogados ao tempo. Isso não funciona, com certeza não irá funcionar e nós teremos problemas para o resto da vida! Será que está certo colocarem uma parada de ônibus em cima de uma elevada, de um viaduto? Aqui em Porto Alegre estamos acostumados a ver isso. Aqui nós encontramos sinaleiras debaixo de viadutos, onde constroem as vias e chamam de vias rápidas.

Mas o que é a educação? O Ver. Waldir Canal, na sua fala, me animou a vir aqui, neste momento, Seu Ângelo, e falar, lhe dar um apoio nesse sentido. O que é a educação? Faltaria educação a esses homens públicos que receberam o poder para dirigir a Cidade, o Estado e a Nação? Falta educação a eles por não tomarem uma decisão? Ou seria outra coisa? Poderíamos dar uma outra justificativa? Mas o que é a educação?

Há pouco tempo faleceu um líder desta Cidade, do Estado, de uma grande organização filosófica, que dizia que nós fazíamos uma confusão entre ensino e educação. Aqui nós temos, Ver.^a Sofia Cavedon, o Ministério da Educação, mas será que está certo chamar de Ministério da Educação? Será que se busca educação nos colégios, nos bancos escolares, ou a educação vem de casa? Será que nós não temos que discutir o que é a educação? Houve um filósofo, no passado – foge-me o nome agora, não sei se foi Sócrates –, que fez muito para o mundo quando passou a debater aquilo que tinha sido discutido; rediscutir o discutido. Naquela época, discutir o que era discutido era visto como algo maléfico, e muitos foram queimados, não esqueçam disso. Os cientistas, da época, os estudiosos, os mais evoluídos foram queimados – não podemos esquecer disso –, talvez, aí, seja a origem de tudo, Presidente: é o fanatismo de um lado e a cegueira de outro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Waldir Canal: Sr. Presidente, apenas para complementar a minha fala e não deixar passar em branco, gostaria de registrar que o autor dessa lei que tem beneficiado os idosos, do Fundo Municipal do Idoso, foi de autoria do Ver. Aírto Ferronato.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Sr. Ângelo José Gonçalves Bós está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. ÂNGELO JOSÉ GONÇALVES BÓS: Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui conversando sobre o Conselho Municipal do Idoso e também queria falar um pouquinho a respeito do que a Ver.^a Sofia falou. Na realidade, nós fizemos juntos o Instituto de Geriatria e Gerontologia e tivemos a oportunidade de fazer uma pesquisa com 7.315 idosos, em várias cidades do Rio Grande do Sul, cujas principais queixas eram assentos desconfortáveis, o ônibus arrancar antes do tempo em que o idoso tivesse subido e, em terceiro lugar, dificuldade para subir nos ônibus. Evidentemente que isso é uma situação um pouco efêmera, modifica muito de acordo com os ônibus que temos. Temos ônibus com boa acessibilidade, mas, infelizmente, nos ônibus que estão chegando agora em Porto Alegre, parece que o pessoal esqueceu tudo sobre acessibilidade e estão

construindo ônibus novamente com o degrau bastante elevado. Nós já tivemos ônibus muito bem servidos aqui em Porto Alegre e que davam uma acessibilidade bem melhor. O que eu queria mesmo era agradecer novamente a oportunidade de estar aqui conversando sobre o Conselho Municipal do Idoso e colocar este Conselho aberto ao diálogo, aberto à discussão política de construção de uma melhor condição de vida para o idoso. Quero agradecer ao Ver. Canal as suas palavras, pois ele coloca uma coisa muito séria a respeito do idoso institucionalizado e sobre o quanto o Governo, o Estado tem ajudado ou não. O pior é que não tem ajudado. Infelizmente, Ver. Canal, R\$ 15,00 é o que o Governo Federal dá; em cima disso, o Governo Estadual dá R\$ 50,00, e a Prefeitura completa com alguma coisa os tais dos R\$ 80,00 por mês. Imaginem vocês, R\$ 80,00 por mês é o que se dá para uma instituição de longa permanência, enquanto que, para a criança, dão R\$ 1.600,00. Onde está essa diferença? Como chegamos nesse valor? É na construção de uma política mais justa para o idoso que o Conselho Municipal do Idoso está muito interessado, é uma das suas funções, e nós temos muito interesse em estar discutindo essa política e tentando melhorar a situação. Muito obrigado, novamente, a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Sr. Ângelo, é muito importante a sua presença, principalmente, por essa questão do Mês do Idoso. Quero dizer que, na semana passada, tive a oportunidade de participar da 13ª edição dos Jogos Municipais da Terceira Idade – uma lei de minha autoria, de 2001. Participei, também, com o Conselho Municipal, na semana passada, na Igreja Nossa Senhora das Graças, na Tristeza, de um evento sobre Lupicínio Rodrigues. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h10min.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (15h16min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Paulo Brum solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 15 a 22 de outubro de 2014. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Roni Casa da Sopa, que integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. V. Exa. já prestou seu compromisso de juramento, portanto está empossado. Seja bem-vindo mais uma vez, Ver. Roni.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Tempo Especial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, eu faço neste momento o relato da viagem que me foi autorizada por esta Mesa Diretora. Em função de eu participar, Ver.^a Lourdes, da Frente Parlamentar pela Reforma Política desta Casa, entendi importante que a Câmara de Vereadores estivesse representada na V Plenária Nacional do Plebiscito Constituinte e da Reforma Política neste Brasil. Os movimentos sociais, pela primeira vez, depois das Diretas Já, no Brasil, estão unidos, unificados em torno da luta pela reforma política. A organização de um fórum nacional pela reforma política foi resultado da mobilização das ruas no ano passado, mas também das inúmeras tentativas frustradas de realização da reforma política; do engavetamento, feito pelo Ministro Gilmar Mendes, da votação, pelo Supremo Tribunal Federal, da ação que a OAB entrou, solicitando que fosse impedida a contribuição financeira de campanha por empresas. Esse engavetamento, essa postergação foi realizada devido a um pedido de vistas de um dos juízes, sendo que quatro já haviam se manifestado pela procedência da ação da OAB. Todos esses esforços da sociedade civil que resultaram infrutíferos no sentido da mudança do sistema político eleitoral brasileiro fizeram com que os movimentos sociais percebessem que, mais uma vez, a sociedade civil organizada precisa estar mobilizada, pressionando, tencionando por uma mudança do marco jurídico, do marco legal, da realização do exercício da cidadania, do exercício da democracia pelos cidadãos e pelas cidadãs do Brasil.

Ora, esta V Plenária tinha dois grandes objetivos; o primeiro era fazer a entrega, para os órgãos constituídos, para os representantes legais dos Três Poderes – Judiciário, Legislativo e Executivo –, do resultado, Ver.^a Fernanda, do grande plebiscito popular realizado de 1º a 7 de setembro neste País. Foi extremamente significativo o resultado desse plebiscito, que foi semelhante ao plebiscito feito em relação à ALCA - Área de Livre Comércio das Américas, plebiscito realizado exclusivamente pelas entidades do movimento social, pela CNBB, pela Central de Movimentos Populares, pela Marcha Mundial das Mulheres, pelo MST, pelo Levante Popular da Juventude, por centrais sindicais comprometidas com a reforma política, por partidos políticos que se envolveram e se mobilizaram porque têm compromisso pela reforma. Foi um plebiscito político - pedagógico que resultou em quase oito milhões de votos, foram sete milhões afirmando

que, sim, é necessária uma Constituinte exclusiva para que o sistema político seja reformado. Esse resultado, mais do que números, é o resultado de cidadania ativada, ele fortaleceu o movimento nacional pela reforma política.

E a Presidente da República recebeu, na segunda-feira à noite, em ato oficial, o resultado do plebiscito das mãos do João Pedro Stédile, um dos líderes, assim como de várias outras lideranças representativas, inclusive das igrejas evangélicas, para não dizer que era apenas um movimento das igrejas católicas. A Presidente Dilma afirmou que, na sua condição de Presidente, já encaminhou ao Congresso a solicitação da realização de um plebiscito. Ela afirmou que entende que é muito importante que, junto com uma Constituinte exclusiva, haja a votação de um programa mínimo pelo conjunto da população brasileira. Então, não é um plebiscito ou uma Constituinte; na opinião da Presidente, tem que haver o plebiscito e a Constituinte. E o plebiscito faz a provocação para que o povo brasileiro diga que questões básicas têm que constar de uma reforma política realizada por parlamentares eleitos para esse fim. A Presidente manifestou a sua opinião pessoal de que pelo menos três questões devem ser testadas ou verificadas em um plebiscito nacional. Ela falou do fim das contribuições das empresas para as campanhas eleitorais; defendeu no sentido de que o povo brasileiro se manifeste sobre a possibilidade de coligações, tendo sido a sua opinião pelo fim das coligações proporcionais. Dilma também defendeu a paridade de gênero nas eleições, na lista e na eleição da representação política brasileira. Essas foram as sugestões da Presidente, mas, principalmente, ela falou aos movimentos sociais, acolhendo a legitimidade do plebiscito popular. São questões que, para o Executivo, foram recebidas como fundamentais a serem medidas em plebiscito oficial. O Movimento Social também entregou ao Congresso o resultado, apesar das muitas dificuldades de entrar na Câmara Federal; lembrei eu, Fernanda, como Parlamentar desta Casa, das vezes que tentamos abrir a porta da Câmara para alguns movimentos aqui. Pois no Congresso fomos mandados do Anexo II para o Anexo III, depois para o Anexo IV; depois só podiam entrar 30 pessoas, e depois só 70 pessoas. Estavam lá mais de mil militantes da sociedade civil do Brasil inteiro, na maioria juventude. E lamentei a forma burocrática como a Casa do Povo acolheu ou quase não acolheu a representação social, bem diferente do Executivo. E também foi entregue ao Judiciário, em manifestações no Brasil todo, para que o plebiscito não seja apenas um momento e, sim, um dos momentos desse processo de

reforma política. O debate realizado na Quinta Plenária encaminhou para novas mobilizações, que a mobilização de rua tem que continuar; será chamada também pelo Fórum Nacional, pelo plebiscito, pela reforma política e a nossa expectativa é que, no próximo ano, os movimentos de rua, que têm mobilizações específicas importantes e que estão puxados pela juventude, tenham um amálgama, um ponto central, que é a mudança da regra do jogo. Foi emocionante - quero dizer para V. Exas., senhores e senhoras - participar da manifestação, das falas da juventude do Brasil todo, em especial a fala das jovens mulheres, dizendo que nós ainda temos muito que fazer para descolonizar o Estado brasileiro para construir paridade, para construir a defesa da mulher, para construir igualdade de gênero, para construir a divisão do trabalho doméstico, para construir dignidade para homens e mulheres neste Brasil. Portanto, a reforma política diz respeito à libertação das mulheres, da vida das mulheres, da sua segurança, da igualdade de tratamento diante do trabalho, diante das relações pessoais, diante das condições de vida.

Então, eu faço aqui o relato e farei por escrito também a esta Casa para que nós, aqui, na Frente Parlamentar, possamos somar esforços e debates para que, finalmente, o Brasil melhore, qualifique e incremente a sua democracia.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Pedro Ruas (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar do tema Outubro Rosa, tendo como palestrante o Dr. Rogério Grossmann. Convidamos para compor a Mesa o Dr. Rogério Grossmann, representando a Sociedade Brasileira de Mastologia, Secção Rio Grande do Sul e a Sra.

Luciane Job, assessora do Gabinete da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Adjunta da Mulher, representando a Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

O Dr. Rogério Grossmann está com a palavra.

O SR. ROGÉRIO GROSSMANN: Boa tarde a todos, gostaria de agradecer aos Vereadores e as Vereadoras este espaço nesta Casa, em especial as pessoas que contribuíram para estarmos aqui, aos Vereadores Delegado Cleiton, Márcio Bins Ely, Valter Nagelstein, enfim, pessoas que têm uma perspectiva e uma noção da importância do câncer de mama e dos cuidados da mama. E a gente se sente bem confortável, quem me conhece sabe que sou bem conservador na hora de falar, mas conservar, muitas vezes, não é opção melhor quando se emociona. E a gente se emociona e se emociona muito no momento em que se tem este espaço para discutir o que é o câncer de mama e os cuidados maiores. Qual é melhor forma de se emocionar? É tentar buscar no passado alguns dizeres, algumas frases, algumas anotações que temos em relação à história, ao cuidado e ao câncer de uma forma geral, em especial ao câncer de mama. Há a frase de Dir Luven: “Dou-te o seio, pois teu passado, o presente e o futuro, pois tu és meu filho, a continuação do meu ser”. É este o ponto que te falo em relação ao câncer de mama, os cuidados que temos que ter em relação ao seio: seio da mulher, seio da família, seio desta Casa, seio do conforto. Esses são dizeres do dia a dia que a gente ouve em relação à mama, em relação ao seio, em relação ao primeiro contato alimentar e, quem sabe, o primeiro contato físico da mulher com seu filho ou com sua filha. Esta é a nossa preocupação: ditar esse contato, essa informação a esta Casa, e, quem sabe, dar um pouco da informação do que é o câncer de mama na nossa realidade.

Cinquenta e sete mil novos casos são esperados, neste ano de 2014, em relação ao câncer de mama. Dez por cento ocorrerão no nosso Estado; na Região Metropolitana, pelo menos, um quarto desses casos. Entre 1.000 a 1.200 mulheres, em torno de 50 anos, devem perecer do câncer de mama. Essa é a realidade, essa é a importância, essa é a necessidade do alerta e do cuidado continuado.

É nesse espaço em nível de sociedade, em nível de Centro de Mama do Hospital Santa Rita, da Santa Casa, e também no Hospital Presidente Vargas, que começamos dar as informações e os cuidados em relação a isso. E a leitura de que não é em um mês que a gente previne e diagnostica o câncer de mama, mas relembramos os cuidados e a

importância em relação aos fatos numéricos que estamos apresentando neste momento. É nesta Casa que se legisla, é nesta Casa que se criam leis, entre aspas, ou soluções para os problemas das mulheres – e das mulheres do nosso Município e quem sabe as mulheres do nosso País. Se nós olharmos entre vocês, com certeza, a doença está presente, mas não só a doença da mama em seu todo, mas a doença como uma realidade. É a dedicação de cada um de vocês – vocês no plural –, vocês homens, vocês mulheres, vocês Vereadoras, vocês que participam no dia a dia, essa informação contínua é alvo e é importante em relação à comunicação da necessidade dos cuidados, necessidade da prevenção, do diagnóstico precoce e do tratamento de qualidade.

Eu tenho a certeza que essas pequenas informações, esses pequenos contatos que estamos iniciando agora, essas pequenas vinculações, quem sabe esse nosso contato quase embrionário, quase umbilical, quase do seio da sociedade, vai, com certeza, ter os frutos. E frutos de uma certa leitura, da preocupação que tem a sociedade, os hospitais de referência e também a saúde, como um todo, em relação às neoplasias malignas da mama. Lembro aos senhores que é nesse momento que se criam ideias, que se criam objetivos e, mais do que isso, que se tem resultados. Cada um de nós alocando e locando verbas, interesses pessoais e emocionais, como a gente comentou recentemente, e a solução virá e virá com melhor qualidade. Câncer de mama tem cura! Câncer de mama diagnosticado precocemente tem cura! Câncer de mama é uma doença como todas as outras, que, cuidada bem e manejada bem, tem uma resolutividade, tem uma curabilidade! Em meu nome, Rogério Grossmann, mero e simples médico, Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, Secção Rio Grande do Sul, Chefe do Serviço Centro de Mama do Hospital Santa Rita, Santa Casa de Misericórdia e Hospital Presidente Vargas, agradeço, de todo o coração, e não de todo seio, esse espaço. E lembro aos senhores: quem sabe esse pequeno comentário seja importante para criarmos ideias e soluções para esse tema tão importante, que são as doenças da mama como um todo. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Dr. Rogério Grossmann. Sabemos que o senhor tem outras atividades, mas queremos agradecer e dizer que é importante

esse aspecto sobre o lado preventivo, dizendo que tem cura quando for diagnosticado precocemente.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

O SR. REGINALDO PUJOL: Presidente, saúdo o nosso ilustre convidado. É um prazer recebê-lo aqui e ouvir as suas judiciosas palavras a respeito de um tema relevante e que se acentuam neste mês de outubro. Nós já estamos todos cooptados com o rosinha na lapela, e V. Exa. inclusive dando o bom exemplo. Eu queria, em nome do Democratas, saudar não só o palestrante, mas a representação da campanha que o acompanha, dizendo que a Câmara Municipal tem, nesse período de Comunicações, nas quintas-feiras, um espaço para os grandes temas nacionais. Eu acho que esse tema trazido aqui hoje não é um grande tema nacional; é um tema universal, um tema da solidariedade, enfocando um assunto que durante muito tempo foi um tabu e que, felizmente, os tempos modernos conseguiram transformar num assunto natural, que, cada vez mais, é mais bem exposto; e, na medida em que é bem exposto vai conscientizando as pessoas da absoluta necessidade de todos estarem irmanados neste trabalho, que é da própria preservação da essência da vida. Como muito bem disse o nosso palestrante, ele está presente no início da vida de todos nós.

Então, seja bem-vinda a senhora, seja bem-vindo o palestrante, todos aqueles que estão nesta magnífica cruzada, e saibam que não estão pregando no deserto, que aqui na Câmara de Vereadores encontrarão não os que foram nominados pelo palestrante, os Vereadores Márcio Bins Ely, Valter Nagelstein e Professor Garcia, mas todos nós, os presentes e os que não estão presentes por uma razão qualquer, inclusive pelo mau tempo instalado na Cidade, para somar a nossa voz, empenhar o nosso mandato e usar a nossa tribuna, não só para proclamar, mas, também, para apoiar decididamente o movimento. Conte com o nosso apoio. Obrigado pela visita.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Dr. Rogério Grossmann, palestrante, representando a Sociedade Brasileira de Mastologia, Seção do Rio Grande do Sul; Sra. Luciane Job, assessora do Gabinete da Secretaria Municipal de Direitos Humanos – Adjunta da Mulher, neste ato representando a Prefeitura Municipal; Sra. Rosa Velarino, psicóloga na área técnica de saúde da mulher, representando a Coordenadoria da Área Técnica de Saúde da Mulher; em especial, também, a minha colega Delegada Nadine Anflor, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul e que, por muito tempo, militou e coordenou a Delegacia da Mulher e coordenou todas as delegacias do Rio Grande do Sul relacionadas às mulheres. Fiz questão de convidá-la por essa relação que a delegada tem com as mulheres.

Uma doença - qualquer que seja - sempre é inesperada, assustadora e preocupante. Tendo o diagnóstico de câncer de mama, soma-se a sensação de perda da faculdade primeira da mulher, que é a possibilidade de ser mãe, que é a necessidade da amamentação, fato esse que pode ser revertido, é claro. O diagnóstico é chocante, paralisa, evidencia a fragilidade do humano.

O avanço da medicina eleva os índices de tratamento e cura, mas isso significa uma jornada de descoberta, força e transformação, que muda a vida das mulheres do mundo inteiro. Nessa jornada, destacam-se etapas: primeira, o conhecer. Diagnosticar é o primeiro passo. O autoconhecimento e a informação são fundamentais. Quanto mais precoce a descoberta, mais chance de recuperação e cura. O segundo passo é o tratar, compreender, monitorar e cuidar de cada sintoma, procurar o apoio e o tratamento certos, sem esquecer os que são essenciais. É importante saber que você não está sozinha, mulher, e que tem o suporte que necessita. O terceiro passo é superar. O fim de um tratamento é o início de uma nova vida saudável, com os devidos cuidados, é preciso seguir em frente, mas ficar sempre atenta e manter uma rotina que privilegie o bem-estar. Dentro de toda essa guerra que é travada, faz-se necessário buscar informações sobre os seus direitos sociais, como isenção de Imposto de Renda, saque do Fundo de Garantia, PIS, Pasep, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, acréscimo de 25% na aposentadoria, amparo assistencial, entre outros. Agora, temos uma lei que obriga que o tratamento seja iniciado em até 60 dias após o diagnóstico. São avanços. O apoio familiar e dos amigos é essencial para a caminhada dura, árdua, mas que cada vez mais mostra a

possibilidade de reverter nossos valores, valorizarmos nossa existência em mais uma chance de viver. Eu parei em um posto de gasolina em Ipanema e fui conversar com o frentista. A minha assessora e eu estávamos com o símbolo, o lacinho rosa. Eu fui conversar, e ela ficou ali dentro, e, nesse ínterim, saiu uma senhora chorando. Conversei com ela sobre diversos assuntos, trocamos uma ideia, mas sobre um em especial. Achei até que fosse uma conhecida, mas, depois que foi feito o relato, vi a sua emoção quando saiu chorando, porque ela trata há dez anos, se não me engano, um câncer de mama. Acho importante que seja divulgado e acho muito importante que essa luta seja enfrentada por todos, homens e mulheres. Eu achei importante fazer esse relato. Conversei também com uma das minhas assessoras que travou essa luta e enfrentou-a com uma força muito grande, muito forte, e que só nos traz admiração. Fortalece a admiração que nós, no gabinete, temos por ela, por essa força e por essa luta travada contra esse diagnóstico, que já leva cinco anos de uma luta no dia a dia.

O Sr. Márcio Bins Ely: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Delegado Cleiton, eu também quero cumprimentar a Mesa; cumprimento-o pela iniciativa de propor este período de Comunicações. Cumprimento também o Presidente e a Sra. Luciane Job, neste ato representando a Secretaria de Direitos Humanos, nossa Secretaria Adjunta da Mulher; e também a Delegada Nadine. E cumprimento V. Exa., Ver. Delegado Cleiton, porque essa questão de conscientização ao diagnóstico precoce do câncer de mama e todo esse trabalho que é feito no Outubro Rosa têm que ser referendados por esta Casa. Quero dizer também que estou me somando a esta iniciativa e aos esforços no sentido dessa conscientização. Propus, ainda agora protocolei, o pedido do artigo 81 para que nós possamos incluir no Calendário Oficial do Município de Porto Alegre o Dia do Mastologista e a Semana do Mastologista, durante o Outubro Rosa, para darmos a viabilidade e a visibilidade necessárias para essa pauta como uma política pública prioritária na nossa Cidade. Meus cumprimentos, e agradeço pelo aparte.

O SR. DELEGADO CLEITON: Para concluir, quero dizer aos homens e às mulheres que é necessário travarmos várias lutas, entre elas a violência contra a mulher. Hoje recebi uma notícia de que na 16ª Delegacia vamos inaugurar uma Delegacia da Mulher. Na verdade é um cartório, porque lá a violência tomou índices alarmantes. Também devemos

nos somar às caminhadas, às lutas em favor do desenvolvimento de soluções médicas a todas as doenças, e principalmente, ao câncer de mama. É participando, todos, homens e mulheres, que teremos, com certeza, um mundo melhor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Este mês, considerado o mês Rosa, nos dias de hoje, vem beneficiar tantas mulheres que, num passado, não tiveram estas oportunidades. Mesmo assim, com tudo isso ainda houve polêmica, discussão sobre o exame que pode detectar o câncer de mama. Felizmente, houve um grande movimento para que esse exame fosse complementar, ou seja, o exame adequado das duas mamas. E ainda não se tem, neste momento, os resultados. Mas esse exame deveria ser tão natural, tão acessível a todas as pessoas de todas as camadas sociais, porque beneficiaria e atuaria preventivamente sobre essa doença, que é tão traumática para mulher, que, mesmo com cirurgia plástica, fica com as sequelas. Felizmente, nós temos todo esse movimento, esse engajamento das mulheres que fazem essa grande manifestação, representando a sociedade que trata do câncer de mama. Nós, aqui, em nome da Bancada do PMDB, dos Vereadores Valter Nagelstein, Professor Garcia e Idenir Cecchim, queremos cumprimentar pela luta travada por essas entidades e que, felizmente, a sociedade tão bem tem entendido. Que isso seja também estendido a todas as pessoas que necessitam de um exame preventivo, de um exame adequado, com todas as condições, não só para aqueles que podem pagar ou ter um bom convênio. Mais uma vez, meus cumprimentos e esta era nossa mensagem a todos vocês.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MÔNICA LEAL: Ver. Delegado Cleiton, nossa representante Luciane Job, neste ato, representando a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, eu represento a Bancada Progressista - Ver. Villela e Ver. João Carlos Nedel. Em nome dos Vereadores do nosso partido, quero declarar total apoio a essa luta, que é nossa. O Rio Grande do Sul, pelo que eu sei, é o Estado do Brasil com maior índice de câncer de mama, o que preocupa a todos. Quando uma mulher possui essa doença, toda família também a tem – nós sabemos disso também –, também sofre e não só ela. É uma mãe, é uma irmã, é uma filha, enfim, é o comando emocional de uma família que é afetado. Então, eu faço parte do conselho político do Instituto da Mama há muitos anos, acompanho todos estes movimentos, Outubro Rosa, Caminhada no Parcão, enfim, quero me solidarizar e dizer que é uma caminhada que, por mais que a gente tente conscientizar falando diuturnamente nas redes sociais, na imprensa, fazendo movimento, são movimentos ainda pequenos frente o problema que o Rio Grande do Sul enfrenta na perda dessas mulheres.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h52min.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): (15h53min) Estão reabertos os trabalhos. Passamos à

PAUTA

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, Ver. Delegado Cleiton; Vereadoras e Vereadores; em Pauta, há vários projetos meus denominando nomes de logradouros públicos em Porto Alegre. Muita gente fala que denominar logradouros é um projeto até,

como alguns dizem, inconsequente, por ser um projeto simples, objetivo e focado. No entanto, não se dão conta que ao invés de ser inconsequente, ele é consequente. Inconsequente é o acontece agora, Ver.^a Séfora, quando mais de duas mil ruas não têm nome em Porto Alegre. Isso é indigno. Um dos maiores direitos de uma pessoa é a dignidade. Agora, a pessoa que não tem endereço, que não é encontrada para crédito, não é encontrada para serviços públicos, não é encontrada para trabalho, não é encontrada para receber o SAMU na sua casa, não é encontrada para receber qualquer tele-entrega na sua casa, não consegue receber os seus parentes que moram no Interior porque mora na Rua Dois, meu caro, grande Vereador representante da Zona Sul, da Restinga... Lá na Restinga, há inúmeras ruas sem denominação. O Delegado pediu que eu denominasse as ruas, porque ele não encontra as pessoas para serem intimadas. Simples, mas, na verdade, é uma necessidade muito grande. Nós ainda temos lá na Restinga algumas dificuldades legais, mas temos que superá-las.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Nedel, em primeiro lugar, obrigado pelo aparte. Não é porque tenho um projeto tramitando nesse sentido, mas temos um problema muito sério em Porto Alegre e isso precisa ser dito: quando há o desmembramento de uma grande área para construção de habitações coletivas, fazem a abertura de ruas e as denominam “Acesso Um, Dois, Três ou A, B, C e D”; constroem as unidades. O registro de imóveis, interessado em ganhar também, abre matrícula de todos imediatamente e os imóveis são comercializados. O que acontece, na prática? Cada um tem que correr para fazer a atualização individualizada, independente, o que é algo extremamente injusto, vamos dizer assim, para o povo, de um modo geral, porque é extremamente impraticável isso. Então o que temos que fazer é insistir com a tese de que, quando fazem as aberturas, já deem os nomes definitivos. Não quero tirar dos Vereadores o direito de indicar, mas já fazer a nomeação quando do encaminhamento do projeto ou antes de autorizar a abertura das matrículas, porque estamos aqui a serviço da arrecadação dos registradores de imóveis, e há pessoas aqui nesta Cidade, proprietários, que têm imóveis há mais de 30 anos e na matrícula consta um endereço, mas, na verdade, não é mais aquele endereço. Isso as pessoas só se dão conta quando vão transferir ou vender os imóveis ou quando vão assinar uma fiança ou coisa semelhante. Então, quero, primeiro, cumprimentá-lo, mas acho que precisamos

resolver essa questão em Porto Alegre sob pena de aceitarmos, de forma coletiva, aquilo que venho dizendo: acabamos fazendo um trabalho quase que a serviço da arrecadação dos registros de imóveis de Porto Alegre.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Vossa Excelência efetivamente está pensando num assunto sério e importante. E digo mais: é que, às vezes, fazem essas aberturas, Vereador, e as denominam de acesso, porque dessa forma, os loteamentos não têm a obrigação de ter todos os equipamentos públicos, não precisam de calçamento, de ligação de água, de iluminação. E aí, Ver. Paulinho, se cria essa dificuldade grande. Às vezes, até empresas públicas fazem isso, o que não é correto; o correto é que sejam todas ruas e não acessos. Os acessos, eles fazem para economizar, para não instalar os equipamentos públicos necessários.

Então, eu faço um apelo aos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras: que coloquem nome nas ruas, porque ainda nós temos mais de duas mil ruas, becos, acessos, alamedas, passagens, também sem nome. Eu estou colocando o nome Herculano Carneiro Pinto lá no Loteamento do Jardim Sabará II, na Rua Nei Maia, também, no Loteamento Jardim Leopoldina 2. Outros colegas meus também estão colocando nomes de logradouros, e isso é muito bom. Então, vamos diminuir esse passivo que nós temos, essa necessidade de atender a população.

Eu tive um caso lá no Costa e Silva, há uns dez anos, em que não tinha nome na rua, Ver. Guilherme Socias Villela, e o SAMU foi chamado para um problema médico; procurou a rua, não a encontrou, e quando a encontrou, a pessoa tinha falecido, Ver.^a Mônica Leal – tudo por não ter nome na rua. Os moradores me procuraram e nós resolvemos todas essas dificuldades. Então, é uma questão de retorno à dignidade dos moradores desses locais. Então, apelo às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores para que assumam também esses importantes projetos, que realmente têm consequências graves, e, eliminando, recolocando os nomes, essas consequências serão somente boas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): A Ver.^a Séfora Mota está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

A SRA. SÉFORA MOTA: Hoje eu venho aqui falar sobre dois fatos muito desagradáveis, que me deixaram muito triste. Esta semana, quando a gente tem visto tanta reflexão sobre o Outubro Rosa, esse trabalho que a gente faz, tão constante, pela valorização, pela luta dos direitos da mulher, pela luta contra a violência contra a mulher, o Juiz de Direito Paulo Augusto Oliveira Irion – temos que frisar muito esse nome – prestou um desserviço para toda a sociedade, uma falta de respeito com as mulheres, quando soltou um bandido, um doente, um estuproador, que foi preso em flagrante, cometendo o ato contra uma jovem de 16 anos. É muito triste, porque o que esse juiz diz é que todo homem tem o direito de praticar pelo menos um estupro contra uma mulher.

O estupro é um dos crimes inaceitáveis, é um crime de uma mente doentia, não tem qualificação. Pelo simples fato de um homem ter estuprado uma mulher, ele nunca mais deveria conviver com outras mulheres. Então esse juiz simplesmente desrespeitou a mulher e provou que não respeita a criança, o adolescente e nem as leis, prestando esse desserviço. É uma tristeza muito grande, pois os estupradores foram pegos no ato do crime, um deles praticando a violência e o outro observando. aí a desculpa por ter sido solto é por ser réu primário, só que a ficha corrida desse rapaz de 25 anos já tem vários crimes de violência contra a mulher, o que por si só já comprova que é um homem que desrespeita, um bandido, um estuproador, um ser inqualificável.

Fora isso, esta semana nós tivemos um caso amplamente divulgado também pela mídia, de um outro desrespeito, omissão, machismo. São atitudes que a gente não consegue nem qualificar, a gente não consegue entender. Um casal; um homem agredindo a sua companheira em uma rua do Belém do Pará, e uma viatura praticamente passou por cima da mulher! Durante a agressão essa mulher foi jogada para o meio da rua, a viatura chegou a bater nela, e, simplesmente, os policiais passaram, viram a cena, e não intervieram.

Então para que servem as leis, se as pessoas desconhecem, as pessoas não cumprem? Aqueles que têm a obrigação de fazer simplesmente não fazem. Não fazem por quê? Porque somos mulheres? Porque merecemos ser estupradas? Porque somos objetos? Porque os homens ainda nos tratam como mercadoria, como um bem de valor com que eles fazem o que bem entendem? Não. Nós temos leis, nós temos leis que nos protegem, protegem os adolescentes, as crianças, e nós não podemos compactuar com isso.

É por isso que hoje protocolei – agora – uma Moção de Repúdio contra o trabalho desse juiz. O que é que vai sofrer esse juiz? Vamos falar de novo o nome dele: Juiz Paulo Augusto Oliveira Irion, que prestou esse desserviço, que agiu tanto quanto esse estuprador criminoso, porque ele colocou um ser abominável na rua, que amanhã vai voltar a estuprar, vai voltar a agredir as mulheres. O que é que vai sofrer esse cidadão, esse Sr. Dr. Juiz de Direito Paulo Augusto Oliveira Irion? Nada. Porque, simplesmente, os juízes são deuses. Nós, aqui, temos o papel da transparência; nós, legisladores, estamos sempre num aberto, todo mundo vem aqui e fiscaliza. Quem é que fiscaliza o Poder Judiciário? O Poder Judiciário, que aumenta os seus salários, que cria benefícios; o Poder Judiciário corrupto, que ganha muito dinheiro e que faz o que quer, porque o juiz com a caneta na mão pode se tornar muito bem um bandido, um assassino e um estuprador.

Então o meu repúdio e que a gente consiga reverter essa situação, que o Ministério Público intervenha e que esse jovem de 25 anos – porque um foi para a cadeia, está preso – também seja preso e responda por esse processo trancafiado, porque estuprador sempre é estuprador sempre é estuprador e ele não pode conviver com mulheres, não pode estar na nossa sociedade. Não foi só o fato de ser mulher, era uma adolescente de 16 anos que foi violentada, espancada e ficou cheia de hematomas. Isso é o tipo de coisa que ninguém merece.

Meu repúdio a esse senhor que estudou tanto, que está em uma posição muito melhor do que a de todos nós, porque é ele quem decide quem merece ser preso, quem merece a liberdade, e soltou esse estuprador bandido. Quem não pensa na menina agredida, violentada, presta um desserviço à sociedade. Vou repetir o nome dele, porque é uma criatura que espero nunca ver na minha vida: Dr. Juiz Paulo Augusto Oliveira Irion. O meu repúdio, o meu nojo, o meu desprezo à sua atitude.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Está encerrada a presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h11min.)